



## JUSTIÇA AMBIENTAL E A CIDADE: SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E VULNERABILIDADE NA COMUNIDADE DA ILHA, CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ

Marcela Pereira Santos <sup>1</sup>  
Tatiana Tramontani Ramos <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar e discutir a ideia de justiça ambiental e a cidade enfocando as assimetrias sociais que geram a ocupação de áreas de risco aumentando a vulnerabilidade de pessoas que não possuem alternativa de moradia, com isso ficam mais expostas aos riscos de desastres e às doenças. O recorte de estudo dessa pesquisa foi a comunidade Ilha localizada às margens do rio Ururaí, área de elevada vulnerabilidade física e social, que sofreu com as inundações de 2007/2008. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e os métodos e técnicas utilizados foram a revisão bibliográfica que trazem reflexões a respeito dos pressupostos teóricos e conceituais aqui apresentados, bem como da pesquisa empírica. Na Ilha as oportunidades disponíveis se apresentam de forma ínfima, não apenas no aspecto quantitativo, mas também qualitativo. Logo, esses indivíduos não dispõem de ativos que lhes possam proporcionar uma igualdade de oportunidades e, conseqüentemente acesso à justiça social e ambiental.

**Palavras-chave:** segregação, inundação, vulnerabilidade, justiça ambiental.

### ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze and discuss the idea of environmental justice and the city, focusing on the social asymmetries that generate the occupation of risk areas, increasing the vulnerability of people who do not have alternative housing, thus becoming more exposed to disaster risks and to diseases. The study outline of this research was the Island community located on the banks of the Ururaí River, an area of high physical and social vulnerability, which suffered from the 2007/2008 floods. This is a qualitative research and the methods and techniques used were the bibliographical review that brings reflections on the theoretical and conceptual assumptions presented here, as well as on the empirical research. On the Island, the available opportunities are very small, not only in terms of quantity, but also in terms of quality. Therefore, these individuals do not have assets that can provide them with equal opportunities and, consequently, access to social and environmental justice.

**Keywords:** segregation, flooding, vulnerability, environmental justice.

### INTRODUÇÃO

Iniciamos este trabalho<sup>3</sup> delimitando a escolha desse objeto de pesquisa que foi motivada por um grande evento de inundação que atingiu o município de Campos dos

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense–UFFCampos, [mpsantos350@gmail.com](mailto:mpsantos350@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense-UFF/Campos, [tatiana\\_tramontani@id.uff.br](mailto:tatiana_tramontani@id.uff.br);

<sup>3</sup> Resultado da pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense–UFFCampos



Goytacazes no Norte do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2007 e 2008. Tal evento trouxe graves consequências para a população campista, em especial para os moradores que viviam às margens do rio Ururáí, na comunidade da Ilha<sup>4</sup>.

Em Campos dos Goytacazes, como em todo o Brasil, o déficit habitacional é responsável pelo crescimento da ocupação irregular em geral precária/inadequada que se mostra como única alternativa para a população que não tem condições de adquirir um imóvel nos bairros formais. Este problema tão comum em nosso país é um dos responsáveis pelo aumento da favelização, da degradação ambiental e todos os seus desdobramentos.

A pandemia da covid-19 deixou latente a fratura social de nosso país, ligada à falta de saneamento básico, haja vista, que a ausência ou ineficiência desse serviço na maior parte das periferias e comunidades do Brasil deixaram evidente a suscetibilidade da população mais pobre a contrair a doença.

Este trabalho tem como objetivo central, portanto, analisar e discutir a ideia de justiça ambiental e a cidade enfocando as assimetrias sociais que geram a ocupação de áreas de risco aumentando a vulnerabilidade de pessoas que não possuem alternativa de moradia, com isso ficam mais expostas aos riscos de desastres e às doenças. Tendo como objetivos específicos: discutir os fatores que provocam a ocupação das áreas de risco; analisar o impacto das inundações na comunidade da Ilha; caracterizar a infraestrutura nos espaços urbanos precários. Pretende-se assim, a partir de uma reflexão na escala local, contribuir para o debate acadêmico a partir da geografia, sobre o objeto em questão.

Para a construção do aporte teórico foi realizado o levantamento de referências não apenas da geografia, mas de outras áreas de afinidade como a sociologia, o planejamento urbano e as ciências ambientais para a discussão do conceito de segregação e vulnerabilidade a partir da ocupação do que vem sendo tratado no âmbito da gestão urbana e de alguns setores acadêmicos como áreas de risco.

Discutiremos também as expulsões urbanas, a dinâmica recente da brutalidade ambiental e a eco-geopolítica urbana (SOUZA, 2015). Descortinando algumas dinâmicas das relações de poder que orientam e definem os espaços das cidades já que certos problemas são produzidos intencionalmente para atender aos interesses imobiliários e à especulação por meio de expulsões (SASSEN, S., 2016) e em terra urbana, aprofundando a segregação socioespacial (BECCENERI, L. B., 2010; CUNHA, J.M.P., 2010; MARICATO, 2015; SILVA, Manoel; et

---

<sup>4</sup> A Ilha faz parte da localidade de Ururáí, entretanto, iremos utilizar o termo comunidade ao longo desta dissertação, pois é a identidade trazida pelos moradores.



al., 2016). Dentre as principais referências teóricas utilizadas para a discussão dos conceitos de vulnerabilidade e risco destacam-se Beck, U. (2010); Hogan, D. J. (2004); Leite, A.F. (2019); Quarantelli, E. L. (2015); Siqueira, A. et al. (2016).

De acordo com Xavier (1992) a utilização de um método de investigação adequado faz com que os objetivos propostos sejam alcançados de modo satisfatório, apontando o melhor caminho a ser percorrido numa pesquisa científica. Neste sentido, a abordagem aplicada ao desenvolvimento deste trabalho apoiou-se na pesquisa qualitativa, com a descrição e análise de complexidades sociais a fim de examinar e entender as experiências e os impactos dessas na vida das pessoas, através do estudo de caso que permite uma melhor compreensão desses fenômenos a partir do seu contexto real.

Os métodos e técnicas utilizados na pesquisa foram a revisão bibliográfica que trazem reflexões a respeito dos pressupostos teóricos e conceituais aqui apresentados, bem como da pesquisa empírica. Fizemos também levantamento de material cartográfico para a caracterização da área de estudo. Foram fundamentais os dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a caracterização da área de estudo, o levantamento de informações sobre a situação socioeconômica e sanitária. Foi realizado trabalho de campo na comunidade da Ilha para caracterização geral da área de estudo em fevereiro de 2020.

Os moradores da Ilha sobrevivem em uma cidade marcada por profundas desigualdades, em um ambiente precário, expostos a uma série de doenças que são intensificadas durante as inundações, abandonados à própria sorte, sem acesso às condições mínimas para uma vida digna.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

É fundamental uma análise sobre a justiça ambiental na cidade, a partir da distribuição dos riscos entre as populações. Já que os grupos mais vulneráveis são os que mais sofrem com o ônus do desenvolvimento e da destruição ambiental, uma vez que vivem em locais de riscos e, muitas vezes, impróprios para a saúde.

A exposição física e as condições socioeconômicas são elementos que predispoem determinadas pessoas a uma situação de perigo, seja pela exclusão social a qual estão submetidas, ou pela falta de recursos e serviços que as colocam à margem da sociedade.

Estudos de Acsehrad (2009) demonstram que, em geral, são os grupos sociais de menor renda os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico. O acesso limitado ao mercado de consumo é acompanhado pela ausência de serviços públicos, agravando a situação da população mais vulnerável.

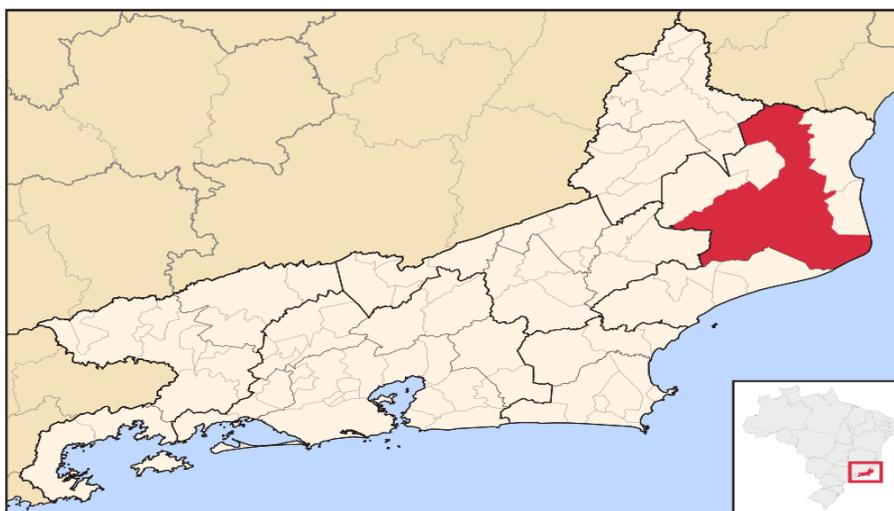


As forças do mercado e as práticas segregacionistas criam situações de injustiça, tendo em vista que há o aumento desigual dos riscos pelo território de muitas comunidades, que vivem nesses ambientes degradados, com a ineficiência de políticas de saneamento que não estimulam a instalação de serviços adequados de água e esgotamento sanitário. Isso acarreta não apenas a segregação, mas também a predisposição de determinados grupos a problemas de saúde.

Ao chegar à Ilha percebemos como no espaço urbano o abismo social se materializa de maneira tão contundente. A cidade é de fato muito desigual, as casas constituídas por construções inacabadas, as ruas estreitas sem calçamento, a falta de infraestrutura urbana, e os moradores, a maioria negros, vivem desconfiados e temendo algo que sempre está por vir, como, os transtornos causados pela inundação, ou uma possível remoção. Aí, pensamos sobre a justiça ambiental e a cidade. É possível alcançar na cidade um espaço mais justo?

O município de Campos dos Goytacazes está situado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro (Figura 01), conhecida como terras dos povos Goitacás, tem uma população de 463.545 habitantes (Censo 2010 - IBGE)<sup>5</sup>, é a maior cidade do interior fluminense e a décima maior do interior do Brasil.

**Figura 01 – Localização do Município de Campos dos Goytacazes - RJ**



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campos\\_dos\\_Goytacazes#/media/Ficheiro:RiodeJaneiro\\_Municip\\_CamposdosGoytacazes.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campos_dos_Goytacazes#/media/Ficheiro:RiodeJaneiro_Municip_CamposdosGoytacazes.svg)

A O povoamento da região se deu sobre uma planície de inundação às margens do rio Paraíba do Sul, caracterizada por relevos de baixas declividades, portanto, são áreas sujeitas à inundação. Souza (2009) em sua dissertação relata que o processo de ocupação urbana no município de Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro já esbarrava desde cedo nos problemas sanitários e iniciou-se com o Plano Urbanístico de Saturnino de Brito, elaborado em

<sup>5</sup> Ver tabela do Censo Demográfico 2000-2010.

Disponível em [www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php/uff=33](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php/uff=33)



1902, que tratava, sobretudo, dos problemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas havia também previsão de projetos para casas populares.

No entanto, a efetivação de tais propostas ocorreu em áreas pontuais e isoladas e, até 1944, a direção tomada pela expansão urbana da cidade foi determinada por esse plano. As primeiras residências estavam localizadas nas baixadas, próximas a brejos e rios, apresentando condições sanitárias precárias pela dificuldade de escoamento e recorrentes inundações.

A cidade desde o final do século XX apresenta uma acelerada verticalização em sua área central e bairros nobres, com a construção de edifícios e condomínios para as classes médias e altas e, concomitantemente vê crescer as habitações precárias resultantes do processo de favelização de áreas periféricas e periurbanas. Favelização que foi intensificada nos anos 1980, com a decadência e encerramento das atividades de algumas usinas.

Assistimos a uma notória contradição no tecido urbano da cidade de Campos, por um lado observamos a formação de favelas e loteamentos precários e, por outro, é possível perceber a disseminação de condomínios residenciais, autosssegados na busca de segurança, tendo como discurso a retórica da violência urbana.

Portanto, ao mesmo tempo em que o Estado atua de forma a ampliar o acesso a alguns elementos pontuais da estrutura, como pavimentação e iluminação pública, também atua no sentido de reforçar as desigualdades e a segregação sócio-espacial, pois vários serviços oferecidos são desfrutados de forma ainda precária pela maioria da população pobre e negra, que predomina nas periferias do município.

### **O racismo ambiental, a justiça e o discurso do risco**

Em relação à população negra, que predominante nos espaços precários a situação é ainda mais crítica. A região onde hoje localiza-se Campos dos Goytacazes, possuiu durante um longo período, a maior população escravizada de toda a província do Rio de Janeiro.

Essa massa de escravizados era a mão de obra que movia as engrenagens da economia local na criação de gado, na agricultura, na produção de açúcar, álcool, café e no transporte da produção.

No Brasil os negros libertos da escravidão foram jogados na miséria e na indigência civil: sem acesso à terra para cultivar e outros meios de produção, sem escolarização e qualquer assistência social, grande parte dessa população dirigiu-se para as cidades onde ergueram os bairros negros de perfil segregado e precarizado. Iniciavam-se também as primeiras ocupações de terra para servir de moradia e subsistência

A liberdade não significava melhoria de vida. No cativeiro, a posse e a manutenção dos escravos eram reguladas com algum rigor pela legislação vigente. Seus donos tinham a obrigação de alimentá-los, dar-lhes moradia e assistência mínima para



garantir sua sobrevivência (...). Livres, no entanto, os negros foram entregues à própria sorte, marginalizados por completo de qualquer sistema de proteção legal e social. Em muitos casos, a liberdade era um mergulho no oceano da pobreza composto por negros libertos, mulatos e mestiços, à margem de todas as oportunidades, incluindo educação, saúde, moradia e segurança – um problema que, 120 anos depois da abolição oficial da escravidão, o Brasil ainda não conseguiu resolver (CORDEIRO, 2010, p. 224-225).

Campos dos Goytacazes foi a última cidade a abolir completamente a escravidão. As usinas buscaram uma maneira de se reorganizar e, com isso, começaram a reincorporar o trabalho dos ex-escravizados, agora de forma assalariada, porém submetidos a péssimas condições de trabalho e salários abusivos.

Nesse cenário, surge a comunidade da Ilha às margens do rio Ururaí, a Usina Cupim, empregando mão de obra e oferecendo terrenos para a construção das moradias, em áreas suscetíveis à inundação. A maioria da população dessa comunidade ainda hoje é negra, e muitos encontram-se fora do mercado de trabalho formal, situação agravada pela crise da pandemia e que intensifica o quadro de privação, pobreza e miséria.

Portanto, a segregação e a exclusão social desses espaços informais têm raízes no nosso passado escravista. “Quando, finalmente, as portas das senzalas imundas se abriram, muitas outras portas se fecharam para o negro; abandonado à própria sorte exibia não só marcas no corpo, mas também na alma” (CORDEIRO, 2010, p. 21).

É inacreditável aceitar que, em pleno século XXI, na era da informação, com o domínio da tecnologia, e da abundância de bens industrializados, a maioria da população ainda não tenha acesso a serviços básicos como água de qualidade e esgoto sanitário. Sabemos que a sociedade de mercado se retroalimenta da desigualdade, os mercados necessitam de trabalhadores de baixo custo, caso contrário o lucro dos capitalistas seria consideravelmente menor, mas a desigualdade em muitos casos atinge patamares tão altos que comprometem drasticamente a qualidade de vida e conseqüentemente a saúde da população.

A justiça ambiental ajuda a identificar as desigualdades ambientais entre os grupos sociais, já que como antes exposto o risco não é distribuído igualmente na sociedade, contribuindo para a construção de políticas que visem à redução dessa desigualdade.

Portanto, é importante colocar em relevo as necessidades dos grupos mais marginalizados, ao mesmo tempo reconhecer que esses grupos são histórica e estruturalmente mais espoliados e marginalizados o que faz com que seja ainda mais relevante ressaltar as obrigações do Estado em prover políticas que diminuam as assimetrias presentes no espaço urbano.



## As grandes inundações: desastres e vulnerabilidades

A injustiça ambiental, no contexto do desenvolvimento humano, manifesta-se de maneira perversa, negando aos pobres a liberdade de ter acesso a recursos para se alimentar, ter saúde, morar em local adequado, dispor de educação de qualidade e se inserir dignamente no mercado de trabalho, e ainda lhes priva do acesso aos recursos ambientais fundamentais como, por exemplo, água potável (SEN, 2008).

Além de vítimas de risco objetivamente sentido, os moradores ainda sofrem uma violência que não é física, mas parte de uma subjetividade. Os órgãos públicos reproduzem uma concepção de que as populações em espaços informais de moradia são “espertas/trapaceiras”, porque não pagam impostos, nem pagam pelos serviços de água e energia. Todavia por conveniência durante muito tempo, o Estado, através do poder público local, permitiu que os moradores vivessem em uma “cidade informal”.

A criminalização da pobreza já foi tema amplamente discutida, sendo preciso avançar, na produção das cidades e nas dificuldades de acesso à moradia no mercado formal pelas diferentes classes sociais pela via ambiental. Muito do discurso “verde” utilizado para argumentar contra as moradias de baixa renda na cidade não se apoiam verdadeiramente em uma preocupação ecológica, isto é, que considera todo os sistemas em articulação, mas em um discurso higienista, conservacionista que usa o “verde” como estratégia “anti-pobre”. Como se a pobreza fosse a principal responsável pelo desmatamento, pela poluição da água, pelo acúmulo de resíduos sólidos, pelas doenças.

Os moradores da Ilha estão sujeitos à violência simbólica (BOURDIEU, 1997) que reflete em conteúdo de discriminação e preconceito relacionados à informalidade da posse da terra e da moradia, que subtrai seus direitos e os desqualifica como sujeitos sociais. E por vezes, criminaliza-se essa população, que é composta majoritariamente por trabalhadores que lutam diariamente para garantir sua sobrevivência.

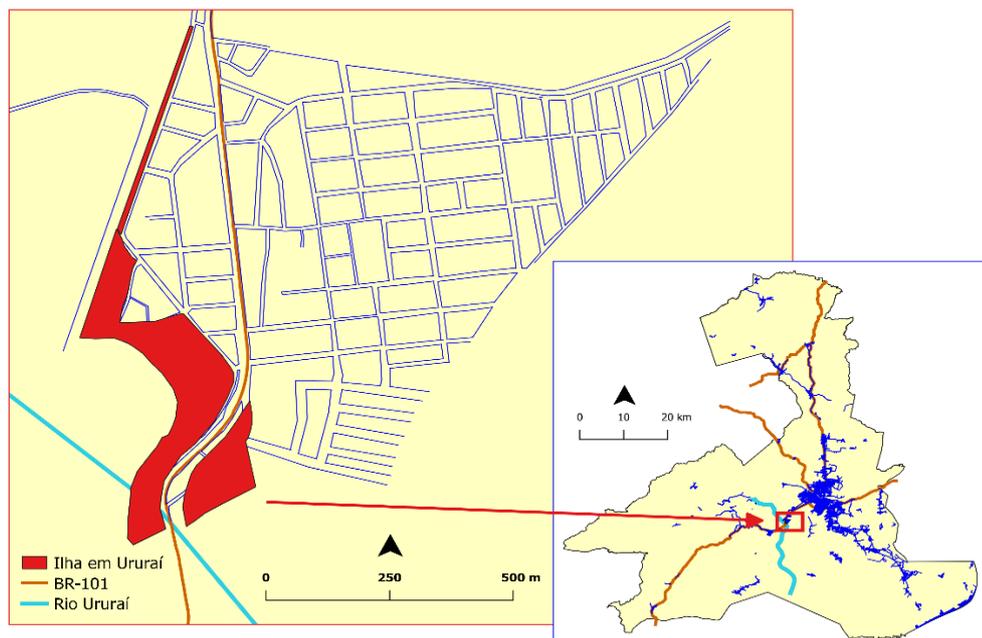
A Ilha surgiu às margens do rio Ururaí, situada na localidade de Ururaí<sup>6</sup> (figura 2), que fica localizado no extremo sul da área urbana de Campos dos Goytacazes, sendo hoje um bairro densamente ocupado, dista aproximadamente dez quilômetros da área central da cidade.

---

<sup>6</sup> A localidade de Ururaí não é considerada zona rural, apresentando esta peculiaridade em sua localização, não é um bairro (contíguo) do perímetro urbano da cidade de Campos, mas também não se constituiu em um distrito, embora sua população ultrapasse a de várias sedes distritais. No Plano Diretor de Campos dos Goytacazes a localidade está classificada como um “núcleo urbano” do Primeiro Distrito do Município, onde está sediada a cidade de Campos.

Centenas de famílias construíram suas casas dentro da Faixa Marginal de Proteção (FMP) do Rio Ururaí e da faixa de domínio da Rodovia Federal BR-101.

**Figura 02 – Localização da Ilha em Ururaí (Campos dos Goytacazes, RJ)**



Fonte: Marcela Pereira Santos (2021). Dados Técnicos: Sistema de Referência de Coordenadas EPSG.

Constantemente esta comunidade sofre com inundações, a exemplo do ocorrido em novembro e dezembro de 2008 que não atingiu apenas a população ribeirinha, mas a maior parte da população local.

Chovia ininterruptamente havia alguns dias, a população de Ururaí, já habituada às inundações, encarava a situação como apenas um dia normal. No entanto, durante a madrugada do dia 1º de novembro de 2008, todos foram surpreendidos, o nível da água do canal Cacomanga, que atravessa o bairro, subiu repentinamente, como jamais havia acontecido anteriormente. Desesperados, e ainda atordoados pelo despertar repentino, os moradores tentavam abrigar seus pertences em locais seguros, sem sucesso, enquanto a água continuava a subir. Ao amanhecer, a visão surpreendeu a todos. As águas – que alcançavam cerca de 1,70 metro nas áreas mais afetadas – haviam inundado casas, encoberto muros e encostas (JOCIMAR LISBOA, 2015, p. 437).<sup>7</sup>

A partir da figura 3 é possível observar a dimensão da inundação, o nível do rio subiu de tal maneira que cobriu parte das casas, algumas ficaram completamente inundadas. A maioria das casas na Ilha ficou quase submersa.

<sup>7</sup> Morador de Ururaí e assumiu a presidência da associação de moradores em 2013.

**Figura 03 - Área inundada na Ilha em Ururá em 2008**



Fonte: Roberto Joia, 2008

“Todo o bairro de Ururá sofreu com as inundações de 2008, a Ilha não foi um caso isolado, todos passaram por dificuldade. Ainda quem não estivesse dentro da água, havia irmãos, tios, amigos dentro da água. E o psicológico abalou a todos. Toda a comunidade sofreu danos”. (LISBOA, 2015, p 447)<sup>8</sup>.

Os eventos como transbordamentos do rio Ururá são recorrentes, porém, no decorrer do último século, áreas de maior vulnerabilidade de alagamentos passaram a ser ocupadas por moradias, se configurando como “áreas de risco”. As moradias, muitas delas improvisadas, sem estrutura adequada configuraram a paisagem às margens desse rio.

As famílias situadas especificamente nessa área passam com certa regularidade pela experiência de perda dos móveis, de ter de abandonar suas moradias ficando na casa de familiares, em abrigos ou em casas alugadas com o auxílio do aluguel social. As inundações geram consequências que marcam a vida de uma família. Aprender a lidar com a perda, com a vulnerabilidade e com o risco tem sido algo habitual em Ururá.

Embora naturais, os fenômenos da enchente e inundação estão associados ao uso e ocupação do solo, que provocam uma série de impactos sobre a dinâmica hidrológica, principalmente nas águas fluviais e pluviais. A impermeabilização pode ser considerada um dos principais impactos, além da retificação e canalização dos rios presentes na cidade, que muitas vezes impermeabilizam o próprio leito fluvial.

---

<sup>8</sup> Retirado do artigo: LISBOA, J. O desastre das águas em Ururá: visão da Associação de moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum. In: SIQUEIRA, A et al. (orgs) **Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**. São Carlos: RiMa Editora, 2015. p.437-459.



Siqueira e Malagodi (2012) afirmam que as principais cheias e inundações pela qual passaram os moradores de Campos dos Goytacazes são decorrentes dos regulares transbordamentos do Rio Paraíba do Sul, sendo que as maiores de que se tem notícia aconteceram nos anos de 1943, 1966, 2007 e 2008.

Na sua dissertação Carneiro (2015) relata que em 1943, a cidade foi tomada pelas forças das águas, quando ocorreu uma das cheias mais marcantes da planície Goitacá. Já no ano de 1966, as águas voltaram a subir e o nível atingiu a cota de 10,80 metros, ficou registrado como uma das piores cheias do rio Paraíba. Na ocasião a inundação arruinou toda safra de cana-de-açúcar e desabrigou 11 mil pessoas só na cidade de Campos dos Goytacazes.

Na tentativa de conter as grandes inundações o DNOS iniciou uma grande obra de controle de cheias na região, com a construção dos diques das margens do Paraíba. A construção excessiva de diques tinha uma dupla função: na área urbana, de proteger a cidade e, na área rural, de ampliar as áreas de fronteira agropecuária e protegê-las das inundações. A falta de manutenção de alguns dos diques de proteção também foi um fator preponderante (MALOGODI; SIQUEIRA, 2012).

Para Leite (2019) ainda que o discurso utilizado na época para a implantação dessas estruturas também incluísse a proteção contra eventos extremos, na verdade estava alinhado com a lógica do mercado capitalista que visava à obtenção de lucros rápidos e crescentes, esse imediatismo se refletiu na falta de preocupação com as possíveis consequências ambientais decorrentes das intervenções feitas sobre as estruturas hidráulicas.

Dentro desse contexto, a inundação ocorrida em 2007 apesar de ter sido desencadeada por fatores meteorológicos e hidrológicos, ela foi agravada pelo mau funcionamento das estruturas hidráulicas ali implantadas. Por um lado, as estruturas impedem a atuação dos mecanismos naturais de dissipação da água durante os transbordamentos, mas por outro, elas têm sido ineficientes em aumentar o escoamento, fazendo justamente o efeito inverso ao esperado (LEITE, 2019).

O dique não foi capaz de conter a força da água em 2007, os danos foram ainda mais intensos, haja vista, que a falha na estrutura protetiva, com o rompimento do dique, construídos na época para minimizar os efeitos da inundação, potencializou-a, causando um desastre de grandes proporções.

De acordo com Siqueira e Malagodi (2012:6), em 2007, o desastre ocorrido foi o maior da história de Campos, quando o rio atingiu a cota de 11,6 metros. No ano de 2008 foi a vez da Baixada Campista como um todo passar pela sua maior inundação, afetando especialmente as



localidades de Ururaí e Ponta Grossa dos Fidalgos. Em Ururaí, o desastre mais emblemático que afetou o bairro foi nesse ano. O bairro em questão ficou praticamente submerso.

Ao estabelecer um comparativo entre as consequências das inundações de 1966 e 2007, consideradas as mais impactantes do município de Campos dos Goytacazes Adriana Filgueira Leite ressalta:

Em termos de magnitude do impacto das entradas pluviométricas e das respectivas respostas fluviais, pode-se afirmar, sem nenhuma sombra de dúvida, que o evento de 1966 foi o de maior significância. Ainda que os diques já existissem naquela época, eles apresentavam altura inferior à atual, fazendo com que o confinamento fluvial fosse muito menor e o espraiamento das águas maior. Contudo observa-se que em termos de prejuízos econômicos e ambientais, o evento de 2007 pode ser considerado o mais danoso apesar de não apresentar intervalo de recorrência secular e de o ambiente fluvial contar com uma estrutura protetiva teoricamente maior nessa ocasião que na anterior (LEITE, 2019, p. 166).

Os riscos são produto da modernidade, assim como riquezas, são objetos de distribuição, constituindo posições de ameaça ou posições de classe. Existem sempre interesses e pontos de vistas conflitantes dos distintos atores da modernização e grupos de afetados.

As riquezas acumulam-se em cima e os riscos em baixo. Assim os riscos parecem reforçar, e não revogar, a sociedade de classe. Os ricos podem comprar segurança e liberdade em relação ao risco (BECK, 2010).

À época do evento, de acordo com texto colaborativo “Enchente isola 2.000 famílias em Campos”, divulgado na Folha de São Paulo<sup>9</sup>, o rio Ururaí, teria transbordado devido às chuvas e deixado pelo menos 2.000 famílias isoladas pela enchente.

Quarantelli (2015) enfatiza que não existe consenso sobre o conceito de desastre. Mas não é um acontecimento físico. Os desastres têm consequências sociais somente por causa das atividades desenvolvidas pelas comunidades. O mesmo autor destaca ainda que permitir altas concentrações de densidade populacional em planícies de inundação constituem casos mais graves do que o agente do desastre em si, pois causa vítimas, perdas econômicas e patrimoniais, tensão psicológica e interrupção de atividades cotidianas que são a essência dos desastres. Portanto, os desastres são manifestações ostensivas de latentes vulnerabilidades da sociedade, basicamente de deficiências nas estruturas sociais ou nos sistemas sociais e os seres humanos são responsáveis pela vulnerabilidade.

O sistema produz vulnerabilidade, um evento extremo de grande magnitude afeta a vida das pessoas de maneiras diferentes, pois os estilos de vida das populações atingidas,

---

<sup>9</sup> Essa reportagem foi publicada na Folha de São Paulo em 01 de dezembro de 2008, com a colaboração da Folha da Manhã, jornal local. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0112200804.htm>> acesso em 20/06/2019.



principalmente as de níveis socioeconômicos mais baixos, fazem diferença nos efeitos negativos dos desastres.

Apesar dos indivíduos de diferentes segmentos sociais estarem expostos ao mesmo tipo de perigo, os prejuízos não são distribuídos de forma equânime. Leite (2019) ressalta que os pobres têm a capacidade de recuperação muito mais comprometida após a crise, já que suas moradias são menos resistentes e seguras, além disso, os efeitos dos desastres continuam a afetá-los mesmo depois que as cotas fluviais voltam à normalidade.

O fato é que morar em territórios pobres e segregados contribui para impactar a vida das famílias negativamente, frente ao mercado de trabalho e às possibilidades de acesso aos serviços públicos, sobretudo, à educação e à saúde.

É comum que indivíduos, famílias e classes sociais fiquem fora da "rede de segurança propiciada pela proteção social pública e, por isso, se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social, gerados por uma cadeia complexa de fatores" (YAZBEK, 2012, p.75).

Desse modo, o lugar importa, visto que a pobreza atrelada à segregação residencial, com escassas oportunidades, constitui terreno fértil para o surgimento e multiplicação de situações de vulnerabilidade, que se manifestam sempre no plural, já que não se trata de um fenômeno isolado, mas compartilhado. A vulnerabilidade social define o tempo e a capacidade de recuperação dos sujeitos. "Existe uma sistemática força de atração entre pobreza extrema e riscos extremos". (BECK, 2010, p. 49).

Assim, tempo e lugar influenciam de modo diferenciado a vida das pessoas, dependendo do momento que estão expostas e dispostas às oportunidades, as situações de vulnerabilidades também são ampliadas ou reduzidas, conforme as fases da vida e os lugares a que as pessoas pertencem. Portanto, a vulnerabilidade socioeconômica desenha a vida de pessoas em situações de desvantagem sociais.

Deve-se considerar a associação dos aspectos socioeconômicos, demográficos, ambientais e culturais na identificação dos mecanismos geradores das vulnerabilidades. Nessa perspectiva Hogan e Marandola (2006, p. 29) adotam a noção de "vulnerabilidades cruzadas", por implicar um conjunto de elementos vinculados às desvantagens sociais.

Logo, a utilização dessa categoria plural supõe um diálogo interdisciplinar, capaz de convergir diferentes orientações em torno da dinâmica do lugar e das pessoas e, dos recursos disponíveis, associados às situações de necessidade ou emergência. Todavia é inegável que o lugar com suas escassas estruturas incide sobre as famílias, tornando-as vulneráveis.



Ao caminhar pela Ilha nos anos de 2007, 2019 e 2020 podemos perceber o deslocamento de pessoas e ações cotidianas, que vão moldando o território. Notamos um cenário de muita pobreza, onde vulnerabilidades se intensificavam. As inundações constantes, as deficiências no saneamento básico, as ruas estreitas, por vezes irregulares, forte cheiro de esgoto e lixo, sobretudo nos terrenos baldios é uma realidade recorrente, praticamente nada mudou de 2007 até os dias atuais.

As moradias revelavam a profundidade da vulnerabilidade, sendo comum a construção de mais de uma casa no mesmo lote, com cômodos pequenos, separados por cortinas, sem pintura, ventilação inadequada, rachaduras, pouca iluminação, sistema elétrico precário com a fiação à mostra.

Nos quintais entulhos, água parada em latas e caixas d'água abertas. Havia entre os moradores consenso quanto à estrutura de oportunidade do lugar, como dificuldade de emprego, quantidade de escola, falta de oferta de lazer, problemas de transporte, falta de conservação das calçadas e ruas, alagamento das mesmas, falta de saneamento, acúmulo de lixo, dificuldade de assistência à saúde. Em relação ao saneamento, a consequência mais evidente é a ocorrência, em período de chuvas fortes, do transbordamento das fossas, o alagamento das ruas e as inundações das casas com as cheias do rio.

Não há dúvidas que o ambiente tem forte influência sobre as condições de vida das pessoas. Dessa forma, articular as noções de segregação sócio-espacial e vulnerabilidade à compreensão dos elementos que caracterizam os itinerários dessas pessoas que buscam diariamente sobreviver diante de tão poucas oportunidades é uma reflexão fundamental.

Apesar disso, o índice de satisfação com o local é elevado, pois foi ali que ao longo de suas vidas as pessoas foram estruturando suas experiências, construindo assim, suas territorialidades pessoais e sociais. Ainda que, as condições do território não sejam satisfatórias no sentido material, elas podem atender a demandas imateriais dos sujeitos nele territorializados, isso porque o lugar e as pessoas se complementam.

Campos dos Goytacazes é o município que recebeu grandes volumes de royalties pela exploração de petróleo e gás, embora seja considerado rico em termos orçamentários, não há indícios que essa vantagem orçamentária tenha se traduzido em justiça social.

Portanto, nota-se que a região mesmo com altos recursos financeiros provindo da atividade petrolífera, não conseguiu estabelecer uma redistribuição de renda. “Somos um paradoxo que precisa ser quebrado, de uma região potencialmente rica e uma população efetivamente pobre” (Geraldo Coutinho, Coluna, Folha da Manhã, 14 maio 2010, p. 4).



A injustiça ambiental que caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil, expõe uma parte significativa da população brasileira a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que vive.

A produção da injustiça ambiental manifesta-se de duas maneiras, segundo Acsehrad (2009), proteção ambiental desigual e acesso desigual aos recursos. A primeira ocorre quando os riscos ambientais são gerados pela execução de políticas ambientais e direcionados às populações socialmente excluídas em termos de renda, habitação, condições sociais, dentre outros.

A segunda pode ocorrer tanto na etapa de produção dos bens (manifestando-se quanto ao acesso de recursos sobre o território), como também na etapa de consumo (acerca do poder aquisitivo das populações e da discussão sobre necessidades básicas).

Não há tratamento socialmente justo quando se analisa a questão do oferecimento de serviços relacionados ao saneamento ambiental para a população. Ao contrário, há uma tendência de a população de baixa renda habitar territórios sujeitos a maiores riscos em relação a problemas ambientais, tais como em áreas sujeitas a inundações, com condições inadequadas de saneamento ambiental, próximas a lixões, com riscos de desabamento associados a processos erosivos.

Nesse contexto, a falta de uma atuação do Estado, tanto na questão habitacional, como na questão ambiental de preservação dos mananciais, facilita a ocorrência das forças econômicas, que aloca os pobres e as “minorias” em locais economicamente desvalorizados, socialmente excluídos e ambientalmente frágeis (ACSELRAD, 2009).

Dessa forma, a falta de planejamento e orientação para lidar com as consequências socioambientais do crescimento econômico se configurou na materialização de duas cidades – a formal e a informal. Na cidade informal, um grande contingente populacional, atraído por esses polos de oportunidade de trabalho ou de melhor qualidade de vida, acaba deparando-se com uma realidade inadequada para viver (TUCCI, 2008).

Diante do exposto, é vital a participação de grupos vulneráveis nos processos de tomada de decisão, com o intuito de repensar as atuais estruturas de gestão que produzem as injustiças. Para a redução das desigualdades no acesso aos serviços públicos e aos riscos provenientes de ambientes inadequados para a moradia segura, as políticas devem ser elaboradas, valorizando a participação e promovendo o direito, a justiça e a saúde.

### **Expulsões urbanas, geopolítica da natureza e eco-geopolítica urbana**

Entre as metrópoles do Brasil, o Rio de Janeiro é um dos exemplos mais emblemáticos de uma geopolítica urbana que se serve do discurso ecológico, uma “eco-geopolítica”, que visa



promover o controle do uso do solo. Isso é feito de tal forma que, se obtém um significativo apoio na classe média que sente menos culpa por respaldar remoções de favelas com a suposta ideia de estar ajudando a zelar pela “sustentabilidade” e a manutenção dos bens comuns, como a floresta, os rios. É óbvio, no entanto, que o desejo de suprimir as favelas da paisagem está condenado a jamais ser plenamente satisfeito (Souza, 2015).

Do ponto de vista eco-geopolítico existem causas mais profundas que explicam o fenômeno da remoção de pessoas de um determinado lugar, embora venham junto com o discurso da necessidade de preservar o meio ambiente e os bens comuns. Em uma sociedade marcada por fraturas e contradições sociais, esse discurso visa à manutenção do *status quo*.

Uma das formas que a eco-geopolítica urbana assume é o emprego das prerrogativas estatais de proteção ambiental para promover políticas de remoção, especificamente em áreas pobres. É a “[...] instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia” explicada por Souza (2015a, p.25).

É interessante constatar que as políticas de remoções podem e normalmente estão diretamente relacionadas com interesses do capitalismo imobiliário. A intervenção estatal no meio urbano, na maioria das vezes, privilegia a valorização capitalista do espaço.

A eco-geopolítica indica a relação entre a economia política e a geopolítica aplicada às questões ambientais e a ocupação do solo a partir das relações de poder que criam assimetrias sócio-espaciais na escala local, porém articulada a significações capitalistas globais. Implica, acima de tudo, descortinar os fluxos, os processos e os atores envolvidos nesta dinâmica para perceber a teia de interesses e as disputas de poder que marcam a arena de ocupação e expulsão de determinados grupos de um território.

No caso da Ilha em Ururá o discurso da remoção também perpassa a questão ambiental. Fala-se que o rio sofre intensa interferência das ações sociais principalmente devido à construção de moradias no seu entorno, já que sua margem está parcialmente ocupada por casas que foram construídas de forma irregular, a expansão dessas moradias seria um dos maiores fatores de degradação, ocasionando o despejo de lixo e esgoto *in natura* no rio. Nota-se que a ocupação irregular é sempre enfatizada, visando questionar o direito desses moradores de ali permanecerem.

Em Campos dos Goytacazes, a resposta aos problemas relacionados aos desastres relacionados à água, vem sendo dada por meio de programas habitacionais centrados, essencialmente, no deslocamento de famílias residentes em áreas consideradas pelos agentes públicos como de risco social e ambiental, gerando diferentes formas de conflitos.



O programa habitacional “Morar Feliz” iniciado em 2008 teve como objetivo remover as famílias das chamadas “áreas de risco”, foram construídas 5.426 unidades habitacionais, entre 2010 e 2012. O projeto previa ainda a construção de mais 4.574 casas até 2016 e, assim, pretendia atender 10.000 famílias da área urbana, entre estas, parte das famílias afetadas pelas inundações de 2007 e 2008 que foram, então, deslocadas para diferentes conjuntos habitacionais.

De acordo com Siqueira e Malagodi (2012) a remoção de 40 famílias de fato ocorreu no ano de 2011, todavia tudo isto não aconteceu sem resistência. Várias famílias não saíram de suas casas, denunciando o que é recorrente em todo país, não houve diálogo que levasse em consideração a expectativa da família, o respeito ao acordo de que permaneceriam nas proximidades resguardando assim as relações de vizinhança.

Muitos moradores ficaram perplexos pelo fato de terem sido “removidos” para conjuntos habitacionais distantes, em bairros estranhos a eles, sem terem o direito de reivindicar a permanência dos elos de vizinhança. Ficaram estarecidos não apenas com a remoção, mas também com a imediata demolição de suas casas. Pois, não podemos desconsiderar que existe uma relação de apego, sentimento de pertencimento ao lugar, definido por Yi-FuTuan, de *topofilia* “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 1980, p. 107).

Nesse sentido, Marandola e Hogan (2004) ressaltam que muitos proponentes de políticas traçam seus planos sem perguntar qual a opinião das populações envolvidas. No caso de retirar populações que vivem em áreas de enchentes ou de deslizamentos. O simples ato construir um bairro em outro local não é o suficiente para resolver a questão.

A justificativa apresentada era o fato de as famílias estarem situada em uma área de proteção permanente e suscetíveis às constantes inundações. No entanto, é relevante destacar que existe um projeto para construção de um loteamento no local, projeto denominado Barra de Ururaí. Tal empreendimento teria como um de seus grandes atrativos imobiliários o fato de ser uma área verde, a proximidade do ambiente no entorno do rio, isto é, tem sido divulgado com forte discurso ecológico.

A questão discutida está relacionada com motivo real que levou ao processo inicial de remoção dessas famílias da Ilha, o risco iminente aos quais estão sujeitos às margens do rio ou a necessidade de retirada desses moradores que estão próximos de uma área de interesse imobiliário.

A instabilidade de morar em área próxima à margens de rios, que sofre constantes ameaças de inundação a cada período chuvoso, sempre incomodou os moradores. As



inundações de pequena proporção ocorrem com frequência, já as inundações de grande magnitude em períodos mais longos, nesses casos os transtornos e prejuízos são enormes.

No entanto, parece que para alguns moradores isso já foi tão incorporado ao cotidiano que não representa uma ameaça iminente, mas uma situação esporádica, uma exceção. Quando as casas ficam inundadas há o desejo de sair da localidade, porém, assim que o nível da água baixa, a vida volta à normalidade, a vontade é de ali permanecer. Conforme a fala de moradoras à imprensa local em duas cheias do rio:

“A água invadiu a casa dos meus pais e do meu irmão que mora nos fundos. Meu pai sofre de câncer de próstata e está em contato com essa água suja. Estou desde madrugada ajudando eles a retirar os móveis. Na enchente de 2008 eu não tive sequer condições de dar abrigo à minha família e fomos todos morar em uma lojinha da minha tia que estava em construção que fica próximo à parte asfaltada do bairro. Já perdemos cama, móveis de banheiro e de cozinha. Estou muito cansada. (Claudineia Firmino da Cunha, Jornal Folha 1 em 26/11/2019).

“Eu moro aqui há 53 anos, hoje vivo apenas com meu neto, e todo ano há um período de cheia do rio. Mas essa cheia anual nunca é um problema muito grande, no máximo enche de água o quintal e atrapalha um pouco a locomoção até o portão”. (Maria Antônia, Jornal Folha 1 em 20/03/2020).

A percepção dos moradores em relação ao risco diverge, têm aqueles que mesmo residindo tão próximo ao rio não consideram que seus domicílios estão em área de risco, relatam que a água jamais havia chegado a suas casas, ou que a inundação mais intensa ocorreu apenas uma vez no ano de 2008, e que nas demais vezes foi possível lidar com a cheia, foi possível reformar sua casa, comprar móveis em substituição aos que foram perdidos, ou seja, tomar os procedimentos cabíveis que pudessem amenizar a situação.

Logo, o medo é constante de que a qualquer momento o poder público pudesse exigir a saída do local. Nesse espaço, existe uma grande incerteza quanto às condições de permanência no lugar, já que várias famílias foram removidas para conjuntos habitacionais, algumas vivem a expectativa de sair uma vez que ainda não foram contempladas com essa política.

Para Siqueira e Malagodi (2012), abordagens tecnicistas dos desastres, ancoradas em cartografias de “áreas de risco” tendem a naturalizar ações políticas que prejudicam a territorialização de populações de mais baixa renda, alimentando processos de injustiça ambiental.

As remoções acabam por produzir situações que vulnerabilizam as famílias afetadas pelas inundações em Ururaí, colocando-as como produtoras da sua própria vulnerabilidade, atribuindo assim, aos sujeitos a responsabilidade pelas territorialidades em locais precários ou sujeitos a inundação.



Após o dia da inundação os afetados vivem uma nova rotina, talvez mais estressante que o desastre em si; experiência da perda da moradia e seus bens materiais, experiência nos abrigos públicos, vivência no aluguel social e os múltiplos deslocamentos compulsórios.

Isso indica que apropriar-se de um novo território torna-se o grande desafio para as famílias deslocadas, revelando a sensação de possível perda da moradia enquanto referência de lugar vivido e o rompimento dos laços culturais construídos pelas famílias dificultando a reconstrução de suas vidas em novos lugares.

Criar cidades mais solidárias, mais acessíveis a toda população é um dos desafios das cidades realmente sustentáveis, uma vez que, “os conflitos urbanos em torno dos ‘bens coletivos’, do ‘espaço não mercantil’ por meio do qual as práticas espaciais se confrontam na disputa são os sintomas vivos da insustentabilidade das cidades” (ACSELRAD, 2009, p.31).

Portanto, para que haja cidades mais solidárias é necessário cessar as expulsões urbanas, tornar o espaço dos expulsos visível, para que as pessoas como os moradores da Ilha tenham voz, que suas necessidades de fato sejam levadas em consideração, e por fim, que a políticas públicas contemplem esse segmento a partir do diálogo. Talvez assim haverá o fortalecimento do bem-estar e da qualidade de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa não teve a pretensão de apresentar soluções para as questões abordadas que são muito complexas, mas sim trazer para o centro do debate a segregação, a vulnerabilidade, exposição aos riscos e o acesso desigual aos serviços públicos. A partir da reflexão na escala local sobre essa problemática que atinge tantos brasileiros.

A discriminação e o preconceito, relacionados à informalidade da posse da terra e da moradia, subtrai direitos e desqualifica os sujeitos sociais. E por vezes, criminaliza essa população, que é composta majoritariamente por trabalhadores que lutam diariamente para garantir sua sobrevivência. Essa informalidade, muitas vezes, faz com que o indivíduo não se sinta com direitos de pleitear do Estado melhores condições estruturais.

Portanto, ressaltamos a angústia de uma comunidade que vive temendo ora as inundações e seus efeitos, ora as remoções promovidas pelo Estado. Que ganha um pouco de notoriedade somente após algum desastre ser noticiado pela mídia, mas passado o evento, voltam à invisibilidade, embora não à normalidade, já que as consequências ali permanecem por longos períodos.

Faz-se necessário destacar que essas pessoas não são meros objetos de pesquisa, mas sujeitos, tendo em vista que constroem suas histórias de vida, que exercem protagonismo no



espaço em que vivem, embora, sejam muitas das vezes, invisíveis às autoridades públicas e excluídas de uma cidade que não tem espaço para todos.

Na Ilha as oportunidades disponíveis se apresentam de forma ínfima, não apenas no aspecto quantitativo, mas também qualitativo. Logo, esses indivíduos não dispõem de ativos que lhes possam proporcionar uma igualdade de oportunidades e, conseqüentemente acesso à justiça social e ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.
- BECCENERI, L. B. O índice de Moran global na identificação de situações de segregação. In: BECCENERI, L. B. **“Segregação sócio-espacial na periferia metropolitana: uma análise do município de Guarulhos”**, UNIFESP, dez. 2010.
- BECK, U.. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. Editora 34. São Paulo, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org) **A Miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CORDEIRO, H.G. **Escravidão e abolição**- a luta pela igualdade. Campos dos Goytacazes, 2010.
- CARMO, R. L. Urbanização e Desastre: Desafios para a Segurança Humana no Brasil. In: CARMO, R; VALENCIO, N. (Orgs). **Segurança humana no contexto de desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014.
- CARNEIRO, S. M. de C. À margem da cidade: o rio Paraíba do Sul na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação. Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2015. F. 144.
- CUNHA, J.M.P. Planejamento municipal e segregação socioespacial: por que importa? In: BAENINGER, Rosana (Org.) **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2010, p. 65-77.
- CUTTER, Susan L. A Ciência da Vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2011:59-69.
- HOGAN, D. J & MARANDOLA JR, E. Natural Hazard: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente e Sociedade** – vol. VII nº. 2jul./dez.2004.
- HOGAN, D.J; et al. Urbanização e vulnerabilidade sócio-ambiental: o caso de Campinas. **Migração e ambiente**, 2001.
- LEITE, A.F. Estruturas hidráulicas, gestão dos recursos hídricos e desastres relacionados à água na região do baixo rio Paraíba do Sul (estado do Rio de Janeiro): Uma análise fundamentada no desastre deflagrado pela inundação de 2007. **AMBIENTES**. Volume 1, Número 1, 2019, pp. 146-190. ISSN: 2674-6816.



LISBOA, J. O desastre das águas em Ururá: visão da Associação de moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum. In: SIQUEIRA, A et al. (orgs) **Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**. São Carlos: RiMa Editora, 2015. p.437-459.

QUARANTELLI, E. L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão** –Ano XVIII – nº 33 -2015.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, 2008.

SILVA, M.; et al. Segregação Socioespacial: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano. UFSM, Santa Maria, RS: **Revista Monografias Ambientais - REMOA** v. 15, n.1, jan-abr. 2016, p.256-263.

SIQUEIRA, A. Et al. Desastres ambientais e conflitos sócio-espaciais no Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES**, Espírito Santo: 2016.

SOUZA, M. L. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, dez. 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TUCCI, C. E. M. **Águas urbanas**. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 1-16, 2008.

XAVIER, D. S, J. Geoprocessamento e Análise Ambiental. In: **Revista Brasileira de Geografia**, v. 54, n. 3. 2 set. 1992.